

Entrevista com Anne Gotman¹

Concedida a Marie Raynal

A hospitalidade doméstica, desde o início da Modernidade, vem sendo paulatinamente substituída pela hospitalidade urbana e virtual, mas permanece como a matriz de qualquer forma de contato interpessoal. Esta é a hipótese de fundo sobre a qual a antropóloga Anne Gotman estabelece suas reflexões. Ela mostra, ainda, as transformações atuais nas relações entre anfitrião e hóspede, em sentido amplo, de todo aquele que acolhe alguém em qualquer tempo e espaço, em especial a flexibilização das leis da hospitalidade. Não desapareceram os rituais de hospitalidade, nem os códigos sobre os quais estes repousam; mudaram, simplesmente.

Anne Gotman, você é conhecida por ter trabalhado durante longos anos sobre a noção de hospitalidade. Como este tema chegou até você?

No início dos anos 1990, fui encarregada de missão científica junto ao Ministério de Obras, mais exatamente junto ao plano de construção, arquitetura, hoje PUCA (Plano urbano, construção, arquitetura) no momento em que a questão do acolhimento a estrangeiros e sem-teto já estava bem presente, mas ainda não

¹ A entrevista original foi publicada na Diversité. Revista Ville Ecole Intégration. n. 153-JUIN 2008, disponível em <<http://www2.cndp.fr/archivage/valid/132069/132069-16734-21404.pdf>>. Tradução e introdução de Luiz Octavio de Lima Camargo.

mediatizada como hoje, por exemplo, com as tendas de Don Quixote². Um precedente concurso de arquitetura tinha sido enquadrado por dispositivos urbanos “anedóticos” e, mesmo, para alguns, insultuoso.

Na época, dizia-se que, com efeito, já que os sem-teto estavam na cidade, era preciso permiti-los nela viver. Mas este precedente concurso tinha sido, então, mal percebido e assumi minhas funções no contexto de um objetivo paradoxal que se pode resumir assim: «Não se pode deixar de se ocupar dos SDF (sem domicílio fixo), mas não é preciso que disso se saiba»...

Eu li então o grande clássico de Nels Anderson sobre os trabalhadores sazonais americanos. O *Hobo*, traduzido em francês com um subtítulo inexato: «Sociologie des SDF», pois os *hobos* não eram SDF, eram trabalhadores nômades que acompanhavam sobretudo a construção das linhas ferroviárias, inclusive no Oeste, no período entre as duas grandes guerras mundiais; eles viviam nas margens dos trilhos e, quando não tinham trabalho, voltavam a Chicago. Esta obra é, aos meus olhos, emblemática, porque o autor fazia parte da Escola de Chicago, mas, sobretudo porque ele mesmo tinha sido um *hobo*. Anderson tinha então esta particularidade: ele não era, no início, nem um universitário, nem um pesquisador. Era, de qualquer forma, um homem integrado no problema que o tornou um dia um pesquisador. Seu livro guarda esta dupla situação, o que leva alguns pesquisadores a considerá-lo de certa forma como politicamente incorreto, na medida em que descreve estes *hobos* e seu estilo de vida, inclusive com categorias morais e não científicas, e ainda com uma expressão vernacular.

Penso particularmente que isto é justamente o que faz o valor e o interesse desta obra. No livro, Anderson alarga sua observação a toda uma população marginal que vive fora, fora-dentro na cidade de Chicago que, na época, por mais industrializada e modernizada que fosse ainda tinha e tem interstícios, tais como instituições filantrópicas, religiosas, comerciais, hotéis a um dólar o pernoite, toda uma

² Tendas criadas pela Associação dos Filhos de Dom Quixote, organização fundada em 2006, voltada à mobilização das pessoas em torno dos direitos humanos e que se dedicava a proteger os diferentes tipos de necessitados.

infraestrutura que permite justamente, como bem disse Carmen Bernand³, a alternativa de viver sem recursos («*vivoter*») na cidade. Não era tudo cor-de-rosa, mas havia ainda áreas abandonadas e quarteirões nos quais todo o espectro - do *hobo* ao mendigo, passando pelos sem-trabalho, os sem-família, etc. conseguiam pouco ou mais ou menos encontrar um lugar para si.

Esta leitura foi para mim uma revelação (*déclit*). O autor mostra como uma cidade, quase que apesar dela mesma e porque ainda não está inteiramente investida, saturada, rentabilizada, deixa vazios espaços intersticiais de todas as espécies que constituem no fundo sua hospitalidade a pessoas que vivem à sua margem, a pessoas que não entram na norma da habitação social ou da autonomia econômica completa.

Foi assim que você começou rapidamente uma pesquisa sobre o tema da hospitalidade que resultou numa publicação chamada *Ville et Hospitalité*⁴?

No seminário interdisciplinar que foi então realizado, colocamos a questão a antropólogos, historiadores, sociólogos, animadores de associações, políticos, responsáveis municipais, etc. para que pudéssemos pesquisar justamente o que era esta qualidade, a hospitalidade. Retomo o título da bela obra de René Schérer (ele era um assíduo debatedor do tema no seminário) *Éloge de l'hospitalité*⁵. Sua obra insistia sobre esta qualidade intersticial da hospitalidade, a partir deste primeiro paradoxo: a hospitalidade é residual com justa razão, no sentido de que ela não pode ser programada; ela é o resultado de um espaço que não está inteiramente ocupado, investido, e que deixa um lugar ao outro.

Nós hesitamos em colocar *Diversidade* como título. Poder-se-ia escolher “As leis da Hospitalidade” ou ainda “As regras da hospitalidade”. O que você pensa das nuances nestes títulos? A hospitalidade pode ser considerada um princípio?

³ Especialista da América latina, contou a história de sua cidade em *Buenos Aires* (Paris, Fayard, 1998).

⁴ *Villes et Hospitalité: les municipalités et leurs “étrangers”*, Paris, MSH, 2004

⁵ *Zeus hospitalier: éloge de l'hospitalité*, Paris, Armand Colin, 1993

A hospitalidade é uma noção heterogênea que emerge de dois princípios contraditórios, exatamente o que a torna dinâmica. Você evocou as leis da hospitalidade e, com efeito, elas foram muito bem valorizadas, muito além de sua infinita variedade cultural, por Julian Pitt-Rivers no seu famoso artigo « *The Law of Hospitality* »⁶, onde ele propõe três leis simples que valem em todos os casos (voltarei a esta observação). Sob este ponto de vista, pode-se falar de leis. Eu pessoalmente prefiro falar de códigos, de convenções e de regras da hospitalidade que se transformaram com a Modernidade. Pode-se, então, falar de «princípio», pois a hospitalidade é infinitamente codificada, enquadrada. Mas, simultaneamente, à diferença do acolhimento e da recepção, no sentido sociológico do termo, a hospitalidade comporta sempre uma parte que escapa ao código; é nesse sentido que ela faz parte também da economia do dom e da dádiva, da gratuidade, com tudo o que isso comporta de desequilíbrio, de margem, de indefinição e de indeterminação. A hospitalidade verdadeiramente tem duas faces: uma série de códigos aos quais é necessário se conformar e, muito mais do que isso, sua transgressão, sem o que não seria hospitalidade. A hospitalidade é o que nos leva além do código, que nos leva a dar um pouco mais. Em outras palavras, a hospitalidade é enquadramento (*cadre*) e sacrifício. É por isso que aí encontramos uma ideia moral, alguns diriam cristã. Mas a dádiva de forma nenhuma é o apanágio da religião cristã ou do pensamento cristão. É uma noção que vale a grosso modo para a humanidade inteira.

Poder-se-ia dizer que a hospitalidade faz parte do senso comum, do sentido popular? Em todas as civilizações, em todas as culturas, os homens não a exerceriam ao cabo e ao fim naturalmente?

Isto é um pouco o que Mauss diz sobre a dádiva, uma obrigação livremente consentida. Ela faz parte, com efeito, de uma universalidade antropológica da troca: não se pode viver dentro de si, não se pode sobreviver a não ser abrindo-se ao outro, mesmo

⁶ HAU: *Journal of Ethnographic Theory* 2 (1): 501–517, 2012 (texto originalmente publicado em 1977 na *Revista Cambridge: Cambridge University Press*)

quando este outro é ao menos como quando se o percebe inicialmente como um perigo, um inimigo.

Voltemos às leis da hospitalidade, infinitamente simples e complexas ao mesmo tempo. Pitt-Rivers tirou estas leis da observação – creio que era na Andaluzia – de uma sociedade chamada de «honra». Elas são válidas em nossa sociedade, mas com reformulações. Numa sociedade de honra, o anfitrião deve honra e respeito a seu hóspede. Ele deve tratá-lo com consideração. Em contrapartida, o hóspede deve respeito e homenagem ao anfitrião. E, enfim, regra número três, ele não deve tomar o lugar do anfitrião, invadir seu espaço. Estas três leis repousam ao mesmo tempo na noção de reciprocidade, mas igualmente de assimetria: há apenas um que está em casa, o outro não. O que vale numa sociedade de honra é precisamente o mais difícil de transpor numa sociedade de iguais. As leis da hospitalidade não se adaptam bem com a noção de igualdade porque comportam a desigualdade, assimetria entre um que é o dono da casa e o outro que não está em casa.

Compreende-se assim que, na Modernidade, a hospitalidade não tenha boa reputação e, quando iniciei o seminário, a palavra hospitalidade não era politicamente correta. Em todo caso, a Modernidade reformula estas leis à sua maneira, o que vale dizer, com efeito, que ela sobretudo igualiza os estatutos e, neste sentido, que ela tende a dar a vantagem da iniciativa ao acolhido e a desmontar a relação de poder, de domínio sobre o outro. Esta relação se mostra mais como uma relação de igualdade, na qual cada um tomar a iniciativa sentir-se livre. Quando se olha como acontece a hospitalidade em nossas sociedades, vê-se com clareza que toda questão reside em até onde o outro, o hóspede, o acolhido é livre quando se lhe diz: «sinta-se em casa»; é um desejo, um «dever ser», mas que não pode realizar-se totalmente. Isto cria uma tensão, é a armadilha e a dificuldade da hospitalidade em nossa sociedade: tende-se para a igualdade, mas esta igualdade não pode acontecer.

Conhece-se, assim, em nossas cidades contemporâneas, uma hospitalidade descontraída, mais informal, mais igualitária, mas que é, contudo, sempre limitada por uma assimetria. O hóspede não está em casa. Alguém que é hóspede e a quem se deu as

chaves, mesmo assim tocará ligeiramente a campainha antes de entrar com suas chaves, se ele não está em casa.

Nesse seminário e nos seus trabalhos posteriores, você examinou como a hospitalidade é tratada em diferentes países: existe uma especificidade europeia, francesa?

Os códigos culturais variam, é claro! Em certas sociedades, não se mistura de forma nenhuma ao espaço interior, sobretudo se ele é feminino, e o lugar reservado ao hóspede é separado. Em outros, ao contrário, se lhe dá o próprio quarto. Todas as variações existem. O que me parece ser a diferença fundamental – e aqui faço alusão ao que se entende mais ou menos em todo lugar a propósito da sacrossanta hospitalidade árabe – reside na questão da divisão do trabalho social, quer dizer, deve-se ao fato que, nas sociedades nas quais existe uma diferenciação dos sexos, onde o homem é o chefe da casa, a hospitalidade é praticada por homens em espaço masculino. Ao mesmo tempo, onde o trabalho não supõe uma separação moradia/trabalho, as relações que chamaríamos de profissionais são de fato relações sociais, estatutárias, de clientela, etc. e se negociam, são tratadas na casa.

A hospitalidade é uma forma de sociabilidade, de relação social, como de resto nas sociedades dos séculos XVII ou XVIII, nas quais a hospitalidade é uma instituição maior. É lá que tem a ver com a posição social do chefe da casa e, claro, sua hospitalidade é generosa porque a generosidade faz parte do seu estatuto social.

Já numa sociedade na qual o estatuto social vem do trabalho, a hospitalidade tem uma dimensão bem menos importante na vida social, é residual e, em todo caso, pratica-se somente entre familiares e amigos. Na sociedade de corte, os espaços de recepção eram os principais espaços da casa e os quartos vinham apenas depois, em segundo lugar. Hoje, vive-se a situação inversa. Diz-se que perdemos o sentido da hospitalidade, mas de fato foi apenas sua função mudou.

O refrão do declínio da hospitalidade, como de resto, aliás, de todos os valores morais, é uma cantilena enfadonha. No estudo de textos de diversas épocas, percebi que

a hospitalidade, a partir do momento em que a colocamos no plano da virtude, sempre é visto como estando em declínio. De fato, a hospitalidade se transforma, como a própria divisão social do trabalho se transforma. Em nossa sociedade, ela não se perdeu, ela entrou nos costumes através de outros agentes. Não se trata mais de hospitalidade privada; foi substituída pela solidariedade: lares, asilos, hospitais, etc.

É verdade que a solidariedade tornou-se, antes de ser um slogan, uma regra. Se a solidariedade parece ter desaparecido, é porque se trata agora de uma questão social, institucional?

O problema da solidariedade é que ela é válida para todos os membros da sociedade. Num Estado-Providência, no qual há instituições solidárias. Num Estado-Providência, temos instituições solidárias, cotizadas pelos seus membros; há então uma solidariedade restrita aos membros de uma entidade...

Então, passando da hospitalidade à solidariedade, perdemos o estrangeiro, o estranho?

Sim. É a razão pela qual a hospitalidade torna-se hoje um princípio de reabertura para a solidariedade. Na ocasião de manifestações em benefício dos sem-documentos, a palavra hospitalidade praticamente ganhou as ruas porque se começava a controlar justamente o fato de que particulares pudessem abrigar estes sem-documentos. A hospitalidade estava comprometida por leis que visavam reforçar o controle da acolhida aos estrangeiros. A palavra hospitalidade volta-se, assim, de forma muito mais massiva para a questão da imigração e existe, com efeito, este valor de reabertura da solidariedade para com a comunidade num sentido mais ampliado, com esta questão: não se deve alargar o círculo dos solidários, abrir-se para os não membros, os não ainda membros?

Esta evolução para a noção de solidariedade de alguma forma tira a responsabilidade, coloca o cidadão na órbita do Estado-Providência, com regras que dizem respeito à coletividade. Se considerarmos os 40 últimos anos na França,

no que diz respeito à questão do estrangeiro, que não se confunde com a noção apenas de imigração, houve uma mudança verdadeiramente importante?

Volto ao que eu disse sobre solidariedade. A hospitalidade tornou-se um direito, são os direitos sociais. É um progresso que tem sua outra face e, aliás, como dizia René Schérer, quando a hospitalidade torna-se um direito, ainda assim há hospitalidade? A

vantagem do direito sobre a hospitalidade é ser estável, que não mais é arbitrário, que não diz mais respeito à iniciativa individual (que é muito bonita: cuida-se dos pobres, dos necessitados, etc., mas quando não se tem mais vontade deixa-se de praticá-la); por definição, a economia da dádiva é instável, ela se desgasta inevitavelmente com o tempo. O direito tem a vantagem de assegurar a estabilidade aos que tem direitos e, portanto, de garanti-los. É neste sentido que se exerce a dinâmica das sociedades que fornecem garantias mais amplas ou, ao contrário, as limitam. Em relação à imigração, por um lado os direitos do estrangeiro são reforçados em nome dos direitos humanos; por outro lado, nós nos fechamos economicamente à imigração.

A Europa é uma entidade vasta e dotada de fronteiras cada vez mais vigiadas. Pode-se dizer que existe um fechamento, mas que deve ser analisado junto com o fluxo de imigrantes. Sabe-se de forma pertinente que os muros colocados, quer sejam físicos ou informatizados, não impedem que a imigração aconteça; simplesmente, como dizia Maurice Aymard⁶, a imigração torna-se mais custosa para os imigrados, em dinheiro ou em vidas humanas. Atualmente, na França, expulsamos os sem-documentos e recorre-se a uma imigração planejada, mas sabemos muito bem que nossas economias não se desenvolveriam sem a imigração. Creio mesmo, quando esta imigração planejada traduz-se em leis que se podem considerar calamitosas, que os dispositivos tais como os centros de retenção representam sobretudo uma vontade de propaganda política e que a prática é totalmente diferente.

Entende-se bem esta dupla linguagem: os estrangeiros são ao mesmo tempo perigosos, pois numerosos demais e, além disso, ameaçadores, porque temos necessidade deles. Existe um medo real e alimentado dos estrangeiros. Neste caso, a hospitalidade poderia justamente ser útil, pois ela pode ser considerada não apenas

uma virtude, mas também como um interesse. Teríamos interesse em ser hospitaleiros, de certa maneira.

A hospitalidade é um apetite, um apetite pelo outro. Eu não me lembro do texto exato e talvez a deforme, já que a citação é muito mais bonita, mas Rousseau disse que tanto se é mais hospitaleiro quanto menos numerosos são os estrangeiros. Para regiões isoladas, rurais, o estrangeiro causa medo, mas, ao mesmo tempo, é uma riqueza como evento e como possibilidade de relação. É alguém que circula, que pode trazer relações, recomendações, aberturas. Creio que os interesses são inversos nas cidades e nas regiões superpovoadas que podem se sentir submergidas. O apetite pelo outro pode ser rapidamente saturado e tende-se a resistir, sobretudo contra a invasão, em todas as dimensões. Quando se mora em uma capital e se faz a prática da casa aberta, arrisca-se a ter em casa muita gente todo o tempo. Mais uma vez, nas regiões rurais ou na Patagônia, este dever de humanidade, de não deixar o outro hostil, na impossibilidade de sobreviver, é mais «natural», entre aspas.

O estrangeiro é percebido como alguém desconhecido, logo perigoso, mas pode-se dizer também, até certo ponto, que a hospitalidade é um meio de transformar este medo em interesse. É por esta razão que a hospitalidade tem códigos tão severos: a hospitalidade não é a casa aberta, este famoso refrão ao qual frequentemente se a assimila. É produzida, na realidade, por uma série de chicanas. É cheia de códigos de entrada, de caminhos, limiões (seuils) a começar da soleira da porta, de ritos, de separações, de aproximações, de distâncias, que enjaulam, dirigem, vigiam o estranho. Ele é tratado com honra, mas não vai onde quer.

A hospitalidade é, então, um dispositivo de enquadramento, um modo de conter. Mas também, um modo de lhe dizer onde ele está, de lhe abrir, também, para a casa, para o lugar onde ele é acolhido e integrado.

A hospitalidade seria uma noção indispensável para explicar, para difundir nas escolas?

Você lembrou a escola. Estou numa universidade e me sinto aturdida pela ausência de acolhimento, no sentido mais simples do termo. Há setores de acolhimento administrativo, de informações, é claro, mas falo de outra coisa. Na verdade, falo de permitir aos que chegam tornarem-se autônomos em território estranho e, então, de lhes dar todos os recursos de informações, de lhes dar a chave do lugar para que eles possam compreendê-lo. Não se trata de uma simples palavra de acolhimento. É preciso explicitar as regras da comunidade, de lhes dar a ambição de engajar-se, de participar. No caso específico do ambiente interno, cabe lembrar o exemplo das universidades inglesas, nas quais têm lugar promoções, “batismos”, etc. que dão aos alunos uma identidade garantidora do sentimento de pertencer ao lugar do qual passam a se sentir, também, responsáveis. Não se trata de um supermercado *self-service* onde cada um entra e sai como bem entende...

... Sem se sentir pessoa.

Alguns professores me contavam que seus estudantes lhes enviavam e-mails, o que é normal. Mas os jovens têm endereços eletrônicos que são endereços justamente de jovens, isto é, mudam constantemente, ao sabor das possibilidades. Eles se dão nomes não profissionais, totalmente improváveis como Butterfly, etc. Os professores recebem esses e-mails e aqueles mais escrupulosos os abrem, mas os outros os enviam para a lixeira, pensando que são spams. Muitos desses e-mails nem indicam o assunto. Se for Butterfly que lhe envia um e-mail e que lhe diz “minha dissertação de...” ainda vai, mas muitos desses e-mails, além de não indicar o assunto, nem são identificados. Eu me pergunto como, ao chegarem, não se dá aos alunos códigos de uso deste tipo de correspondência, que eles entram num domínio específico, pelos quais eles não responsáveis, é claro, mas que, nele vivendo, perpetuarão em nome de um interesse superior.

Você fala de uma escola, de um lugar no qual o primeiro princípio é o da hospitalidade, da troca e que traz sempre as perguntas: quem a realiza? Quem é aquele que recebe? Quem é aquele que chega?

Isto seria um começo...

Recebido em fevereiro de 2013.

Aprovado em março de 2013.